



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA



NÍVEL SUPERIOR

Agente Fiscal de Tributos Municipais

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

Teu povo é forte! Tua história foi escrita com bravura!

INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, sendo Língua Portuguesa de 01 a 15, Raciocínio Lógico de 16 a 25 e Conhecimentos Específicos de 26 a 40.
2. Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
3. Confira seus dados na Folha de Respostas com os dados do Cartão de Inscrição.
4. Esta Prova tem duração de 4 (quatro) horas. Não é permitida a saída do candidato antes de transcorridas 2 (duas) horas completas, sob pena de eliminação.
5. É vedado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
6. Certifique-se de que assinou a lista de presença e que preencheu adequadamente todos os espaços da Folha de Respostas.
7. Ao finalizar a prova, entregue ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, sob pena de eliminação.

PORTUGUÊS

Leia o Texto I para responder às questões de 01 a 06.

Texto I

Especialistas alertam sobre os impactos dos distúrbios do sono na saúde mental

O alerta é reforçado no Dia Mundial do Sono, celebrado nesta sexta-feira, 13 de março

Problemas relacionados ao sono podem ter impactos diretos na saúde mental. Por essa razão, ter uma boa noite de sono é fundamental para o equilíbrio emocional e para o funcionamento adequado do organismo. Dormir mal pode provocar dificuldades de memória, falta de concentração, irritabilidade, desânimo e até tristeza, além de aumentar o risco de ansiedade e depressão. É o que explica o neurologista do Hospital Regional de Juazeiro (HRJ), complexo hospitalar vinculado ao Governo do Estado e administrado pelas Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), Renato Leal. O alerta é reforçado no Dia Mundial do Sono, celebrado em 13 de março, data que chama atenção para a importância de uma boa noite de descanso.

De acordo com o especialista, diversos distúrbios podem comprometer a qualidade do sono. Entre os principais estão a insônia, caracterizada pela dificuldade para iniciar ou manter o sono; a hipersonia, marcada pelo excesso de sono durante o dia; e as parassônias, que incluem comportamentos anormais durante o sono, como sonambulismo, pesadelos e terror noturno. Também fazem parte desse grupo os distúrbios do ritmo circadiano, quando o relógio biológico fica desregulado, a síndrome das pernas inquietas e os distúrbios respiratórios do sono, como a apneia. “Muitas pessoas acreditam que dormir mal é normal ou que basta dormir mais no fim de semana para compensar noites ruins. No entanto, distúrbios do sono são condições médicas que podem e devem ser tratados”, explica o neurologista.

Segundo o psiquiatra do HRJ, Ricardo Nogueira, a saúde mental está diretamente ligada aos distúrbios do sono. O profissional esclarece que ter boas noites de sono, com tempo e qualidade preservados, é considerado um fator de neuroproteção para o cérebro, reduzindo a incidência de transtornos mentais e sintomas psíquicos de uma forma geral. “Os distúrbios do sono podem precipitar sintomas psiquiátricos e favorecer o desenvolvimento de transtornos mentais, mas o inverso também é verdadeiro: os transtornos mentais frequentemente produzem alterações importantes no sono. Trata-se, portanto, de uma relação bidirecional, ou seja, é uma via de mão dupla,” explica o especialista.

Ainda de acordo com o psiquiatra, diversos mecanismos ajudam a explicar como a má qualidade do sono prejudica a saúde mental. “A privação de sono pode causar desregulação emocional, alterações em neurotransmissores como serotonina, dopamina e noradrenalina, e aumento do cortisol, intensificando a resposta ao estresse. Como consequência, há maior irritabilidade, ansiedade, prejuízos de memória e atenção, elevando a vulnerabilidade à depressão e outros transtornos mentais,” conclui.

Os profissionais de saúde orientam que, em caso de problemas relacionados ao sono, é importante buscar ajuda médica e evitar automedicação.

Fonte: <https://www.saude.ba.gov.br/2026/03/16/especialistas-alertam-sobre-os-impactos-dos-disturbios-do-sono-na-saude-mental/>. Acesso em: 21 de abr. 2026.

1ª QUESTÃO

O Texto I estabelece uma relação entre distúrbios do sono e saúde mental. Assinale a alternativa que expressa CORRETAMENTE essa relação.

- a) Os distúrbios do sono são consequência exclusiva de fatores ambientais.
- b) Trata-se de uma relação unilateral, em que apenas o sono influencia a saúde mental.
- c) É uma relação bidirecional, na qual sono e saúde mental se influenciam mutuamente.
- d) A saúde mental interfere no sono apenas em casos extremos.
- e) Não há relação comprovada entre sono e saúde mental, apenas estudos inconclusivos.

2ª QUESTÃO

Quanto ao gênero textual e à função sociocomunicativa, o Texto I pode ser classificado como texto:

- a) de divulgação científica, com predominância dissertativa e base em fontes especializadas.
- b) jornalístico de divulgação científica, com função informativa e linguagem acessível ao público geral.
- c) jornalístico de caráter injuntivo, com inserção de elementos meramente opinativos de especialistas.
- d) expositivo-injuntivo, com defesa explícita de um ponto de vista sobre saúde pública.
- e) instrucional, com orientações indiretas para a melhoria da qualidade do sono.

3ª QUESTÃO

No trecho do Texto I “Os distúrbios do sono podem precipitar sintomas psiquiátricos [...] mas o inverso também é verdadeiro”, o conectivo “mas” desempenha papel fundamental na organização argumentativa do enunciado.

Considerando seu valor semântico-discursivo no contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Expressa uma relação conclusiva, sintetizando logicamente a informação apresentada no segmento anterior.
- b) Estabelece uma relação explicativa, esclarecendo a causa dos sintomas psiquiátricos mencionados anteriormente.
- c) Introduz uma relação de adição, ampliando a informação anterior com um dado complementar de mesma orientação argumentativa.
- d) Indica uma relação condicional implícita, sugerindo que o segundo enunciado depende da veracidade do primeiro.
- e) Marca uma relação de oposição/contraste, reorganizando a orientação argumentativa ao introduzir uma ideia que relativiza a anterior.

4ª QUESTÃO

Observe as assertivas a seguir construídas a partir do Texto I.

- I- O termo “diversos”, em “diversos distúrbios” (2º parágrafo), funciona como pronome indefinido.
- II- O termo “que”, em “que chama atenção” (1º parágrafo), atua como pronome relativo.
- III- O termo “como”, em “como sonambulismo” (2º parágrafo), exerce função de conjunção subordinativa.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

5ª QUESTÃO

A partir das palavras retiradas do Texto I, analise as assertivas a seguir.

- I- A palavra “neuroproteção” é formada por composição.
- II- A palavra “irritabilidade” apresenta formação por derivação sufixal.
- III- A palavra “desregulação” apresenta prefixação e sufixação.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II, apenas.

6ª QUESTÃO

Sobre o Texto I, analise as assertivas a seguir.

- I- Em “Dormir mal pode provocar dificuldades de memória”, o sujeito é uma oração subordinada substantiva.
- II- Em “os distúrbios do sono são condições médicas”, há concordância nominal e verbal adequada.
- III- O trecho em destaque em “Também fazem parte desse grupo os distúrbios do ritmo circadiano, quando o relógio biológico fica desregulado, a síndrome das pernas inquietas e os distúrbios respiratórios do sono, como a apneia.” expressa uma oração subordinada adverbial temporal.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

Leia o texto II para responder às questões de 07 a 11.

Texto II

Insônia

(Capital Inicial)

Meus olhos podem ver você, mas eles não enxergam
Perdido no relógio, um segundo que não quer passar
O travesseiro acorda e ri enquanto eu conto os dedos
E os cabelos que arranquei de tanto desejar
Dormir como uma pedra
Ter sonhos no chão
Eternamente ao som do mar azul e céu profundo
Morfeu deitou, adormeceu e esqueceu de mim
Metade do planeta no escuro abandona o dia
E eu aqui anoiteci querendo ser assim
Dormir como uma pedra
Ter sonhos no chão
No quarto as paredes em silêncio me observam
Jogado pelos cantos como os livros que eu já li
Será que eu devo levantar e dirigir sem rumo
Será que o sono chega se eu fingir que não estou aqui

Fonte: CAPITAL INICIAL. Insônia. Compositores: Arnaldo Jose Lima Santos, Fernando de Ouro Preto. [S. l.]: Abril Music; Warner, 2022. 1 gravação sonora. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/capital-inicial/insomnia.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.

7ª QUESTÃO

No verso “O travesseiro acorda e ri enquanto eu conto os dedos”, observa-se o uso de um recurso expressivo que contribui para a construção do estado psicológico do eu lírico. Quanto ao uso de figuras de linguagem e a função da linguagem apresentada, há:

- a) ironia e função fática, com manutenção do canal comunicativo.
- b) metáfora e função referencial, pois há substituição objetiva de sentidos.
- c) hipérbole e função conativa, com exagero voltado ao interlocutor.
- d) personificação (prosopopeia) e função emotiva, evidenciando subjetividade.
- e) eufemismo e função metalinguística, suavizando uma expressão técnica.

8ª QUESTÃO

No trecho “Metade do planeta no escuro abandona o dia / E eu aqui anoiteci querendo ser assim”, o efeito de sentido é construído por meio de:

- a) pleonismo e eufemismo, reforçando e suavizando sentidos.
- b) metonímia e ironia, indicando substituição e crítica social.
- c) catacrese e hipérbato, reorganizando a ordem sintática.
- d) antítese e comparação implícita, evidenciando contraste entre coletivo e individual.
- e) paradoxo e gradação, intensificando progressivamente o conflito.

9ª QUESTÃO

No verso do Texto II “Meus olhos podem ver você, mas eles não enxergam”, o efeito de sentido decorre de:

- a) sinonímia perfeita entre “ver” e “enxergar”, reforçando a ideia central.
- b) antonomásia, ao substituir termos por equivalentes simbólicos.
- c) polissemia e contraste semântico, diferenciando percepção física e compreensão.
- d) paronímia, com aproximação sonora entre palavras distintas.
- e) ambiguidade estrutural sem resolução contextual.

10ª QUESTÃO

A partir da leitura global do Texto II, é possível afirmar que o eu lírico:

- a) descreve cientificamente os efeitos da privação de sono.
- b) relata objetivamente hábitos cotidianos relacionados ao sono.
- c) celebra o silêncio noturno como momento de tranquilidade plena.
- d) defende a necessidade de disciplina para melhorar a qualidade do sono.
- e) expressa angústia diante da insônia, utilizando imagens subjetivas e simbólicas.

11ª QUESTÃO

Considerando o Texto II, analise as assertivas a seguir quanto ao funcionamento das classes de palavras no texto.

- I- No verso “Meus olhos podem ver você”, o termo “meus” atua como pronome possessivo, estabelecendo relação de posse e contribuindo para a marca de subjetividade do eu lírico.
- II- No trecho “E eu aqui anoiteci querendo ser assim”, o termo “aqui” funciona como advérbio de lugar, reforçando a localização espacial e o isolamento do eu lírico.
- III- No verso “O travesseiro acorda e ri”, o termo “e” atua como conjunção coordenativa aditiva, conectando ações atribuídas ao mesmo sujeito.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) III, apenas.
- e) I, apenas.

Leia o Texto III para responder às questões de 12 a 15.

Texto III - Dona Anésia



Fonte: <http://www.willtirando.com.br/anesia-324/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

12ª QUESTÃO

A construção do humor na tirinha decorre principalmente de:

- a) uma sequência narrativa estruturada com progressão temática previsível.
- b) uma confluência comunicativa marcado por plena falha de compreensão entre interlocutores.
- c) uma crítica implícita a comportamentos linguísticos no cotidiano.
- d) um jogo entre correção gramatical e quebra de expectativa discursiva.
- e) uma exposição didática de regras associadas ao uso da norma culta.

13ª QUESTÃO

Quanto ao gênero textual e à situação sociocomunicativa, a tirinha caracteriza-se como:

- a) texto expositivo científico com base em regras gramaticais.
- b) texto narrativo ficcional com foco em enredo contínuo.
- c) texto instrucional com finalidade normativa explícita.
- d) texto argumentativo formal voltado à defesa da norma culta.
- e) texto multimodal humorístico, com crítica implícita.

14ª QUESTÃO

No trecho “acreditar em mim mesmo”/“acreditar em mim mesma”, o efeito de sentido central decorre de:

- a) ocorrência de polissemia no uso do verbo “acreditar” no contexto.
- b) ambiguidade associada à correção gramatical quanto ao gênero do falante.
- c) relação de sinonímia entre formas pronominais empregadas no enunciado.
- d) emprego de antonomásia na construção identitária do sujeito enunciador.
- e) aproximação paronímica entre as formas “mesmo” e “mesma”.

15ª QUESTÃO

No trecho “Não acredito em você. Só em mim, mesmo.”, a construção sintática evidencia:

- a) coordenação assindética com elipse do verbo na segunda oração.
- b) período composto por subordinação causal.
- c) subordinação adjetiva explicativa.
- d) coordenação sindética conclusiva.
- e) período simples com predicado nominal.

19ª QUESTÃO

Negar uma proposição significa determinar exatamente as situações em que ela é falsa. A partir desse princípio, o matemático inglês Augustus De Morgan (1806–1871) estabeleceu importantes equivalências lógicas, conhecidas como Leis de De Morgan, que permitem negar proposições compostas de forma equivalente.

Durante uma aula de Raciocínio Lógico, quatro estudantes discutiam sobre a negação de proposições compostas.

João afirmou: a negação da proposição “P e Q” ocorre quando P é falsa, ou Q é falsa, ou ambas são falsas.

Anna disse: a negação da proposição “P ou Q” ocorre quando pelo menos uma das proposições é falsa.

Carlos comentou: a negação da proposição “Se P, então Q” ocorre quando P é verdadeira e Q é falsa.

Marina concluiu: a negação da proposição “P se e somente se Q” ocorre quando P e Q possuem o mesmo valor lógico.

Com base nas Leis de De Morgan e nas regras de negação das proposições compostas, é CORRETO afirmar que apenas:

- a) João e Marina falaram a verdade.
- b) João e Anna falaram a verdade.
- c) Carlos e Marina falaram a verdade.
- d) João, Carlos e Marina falaram a verdade.
- e) João e Carlos falaram a verdade.

20ª QUESTÃO

O Paradoxo do Mentiroso é um dos paradoxos mais conhecidos da lógica e da filosofia. Ele surge quando uma proposição faz referência ao próprio valor de verdade, produzindo uma situação em que não é possível atribuir-lhe, de maneira consistente, apenas um dos valores lógicos “verdadeiro” ou “falso”. Esse paradoxo motivou importantes estudos sobre lógica, linguagem e teoria da verdade (OLIVEIRA, 2022).

Fonte: OLIVEIRA, José Carlos de. O paradoxo do mentiroso: algumas reflexões sobre verdade e autorreferência. *Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia*, São Paulo, v. 19, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/61444/47002>. Acesso em: 27 jun. 2026.

Durante uma aula de Raciocínio Lógico, o professor apresentou quatro diálogos independentes e solicitou aos alunos qual deles representa corretamente um exemplo do Paradoxo do Mentiroso.

DIÁLOGO I

João: Anna faltou à aula.

Anna: João está mentindo.

DIÁLOGO II

Carlos: Todas as afirmações que faço nesta conversa são verdadeiras.

Marina: Carlos está dizendo a verdade.

DIÁLOGO III

Pedro: Lucas foi aprovado.

Lucas: Pedro está dizendo a verdade.

DIÁLOGO IV

Pedro: Sofia, qual foi a frase que você escreveu?

Sofia: Escrevi apenas isto: esta frase é falsa.

Com base na lógica clássica, é CORRETO afirmar que o diálogo que representa o Paradoxo do Mentiroso é apenas:

- a) o Diálogo I.
- b) o Diálogo IV.
- c) o Diálogo II.
- d) o Diálogo III.
- e) os Diálogos III e IV.

21ª QUESTÃO

O Maior São João do Mundo, realizado no Parque do Povo, em Campina Grande, reúne programação, espaços de festa e venda de ingressos para diferentes setores e experiências, como camarotes e eventos associados ao período junino.

Em uma excursão para uma das noites da festa, 120 amigos decidiram comprar pulseiras com benefícios opcionais. Cada pessoa poderia escolher uma ou mais das seguintes vantagens:

C: acesso ao camarote.

B: serviço de bebidas.

R: possibilidade de sair e retornar ao evento na mesma noite.

Após a compra, verificou-se que:

- 63 compraram acesso ao camarote.
- 50 compraram serviço de bebidas.
- 40 compraram direito de saída e retorno.
- 25 compraram camarote e bebidas.
- 20 compraram camarote e saída/retorno.
- 18 compraram bebidas e saída/retorno.
- 10 compraram os três benefícios.
- 20 não compraram nenhum dos três benefícios.

Com base nessas informações, é CORRETO afirmar que, a quantidade de amigos que compraram exatamente dois desses benefícios é:

- | | |
|-------|-------|
| a) 35 | d) 53 |
| b) 33 | e) 73 |
| c) 43 | |

22ª QUESTÃO

Durante a Copa do Mundo, dois amigos decidiram fazer apostas simbólicas antes de algumas partidas.

- João adotou a seguinte estratégia: na primeira aposta, colocou R\$ 25,00 e, em cada nova aposta, aumentou R\$ 15,00 em relação ao valor anterior.
- Anna adotou outra estratégia: na primeira aposta, colocou R\$ 10,00 e, em cada nova aposta, dobrou o valor em relação ao valor anterior.
- Carlos observou os valores apostados pelos dois amigos e decidiu registrar apenas os valores que apareceram em ambas as estratégias, ainda que em apostas de ordens diferentes.

Considerando as apostas feitas até que Anna alcançasse o valor de R\$ 320,00, e que João realizasse exatamente 10 apostas, é CORRETO afirmar que a soma dos valores registrados por Carlos foi:

- | | |
|----------------|----------------|
| a) R\$ 200,00. | d) R\$ 280,00. |
| b) R\$ 120,00. | e) R\$ 240,00. |
| c) R\$ 160,00. | |

23ª QUESTÃO

Durante uma atividade de orientação, um agente partiu do Marco Zero olhando inicialmente para o norte. Em seguida, executou exatamente os comandos abaixo:

- caminhou 20m em frente.
- girou 90° no sentido horário e caminhou 15m.
- girou 90° no sentido horário e caminhou 8m.
- girou 90° no sentido anti-horário e caminhou 6m.
- girou 180° e caminhou 12m.
- girou 90° no sentido horário e caminhou 5m.
- girou 180° e caminhou 5m.

Desprezando irregularidades do terreno, ou seja, terreno plano, é CORRETO afirmar que a distância em linha reta entre a posição final do agente e o Marco Zero é:

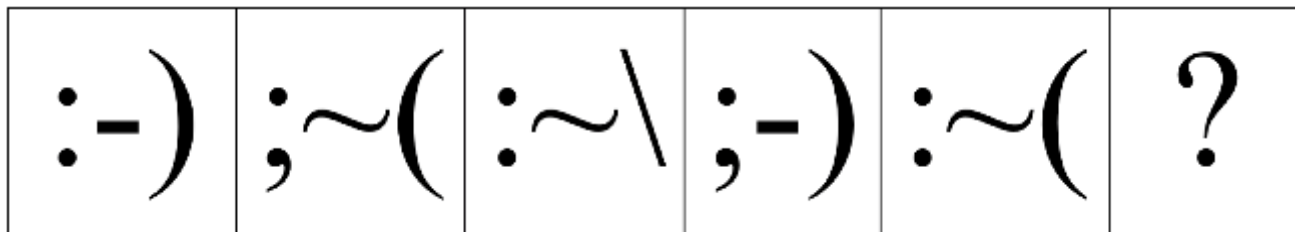
- | | |
|---------|---------|
| a) 19m. | d) 17m. |
| b) 13m. | e) 15m. |
| c) 16m. | |

24ª QUESTÃO

Em 19 de setembro de 1982, o cientista da computação Scott E. Fahlman, da Universidade Carnegie Mellon (EUA), propôs o uso das sequências :-) e :-(para indicar, respectivamente, mensagens em tom de brincadeira e mensagens sérias em fóruns eletrônicos. Observados de lado, esses caracteres representam expressões faciais simplificadas e ficaram conhecidos como emoticons, tornando-se um marco na comunicação digital e popularizando o uso de representações textuais de emoções em mensagens eletrônicas (Fahlman, 2021).

Fonte: FAHLMAN, Scott E. Smiley Lore :-). Pittsburgh: Carnegie Mellon University, 2021. Disponível em: <https://www.cs.cmu.edu/~sef/Smiley2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2026.

Considere a sequência lógica de *emoticons* representada na figura a seguir.



Sabendo que a sequência segue um padrão lógico, é CORRETO afirmar que o símbolo que substitui corretamente a interrogação é:

- a) ; ~ (
- b) :- (
- c) ; -)
- d) ; ~ \
- e) : ~ \

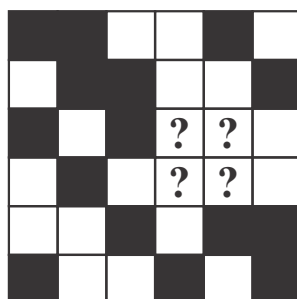
25ª QUESTÃO

O QR Code foi desenvolvido em 1994 pela empresa japonesa DENSO WAVE, inicialmente para tornar mais eficiente a identificação de informações em processos industriais. A sigla QR vem de Quick Response, isto é, “resposta rápida”, em referência à leitura ágil do código. Embora um QR Code real utilize regras matemáticas mais complexas, considere, nesta questão, um código simplificado formado apenas por quadrados pretos e brancos.

Considere: ■ = quadrado preto; □ = quadrado branco

O código simplificado abaixo deve obedecer simultaneamente às seguintes regras:

- I. Cada linha deve possuir exatamente 3 quadrados pretos.
- II. Cada coluna deve possuir exatamente 3 quadrados pretos.



O bloco 2×2 que substitui CORRETAMENTE os quatro pontos de interrogação é:

- a)

□	■
■	■
- b)

■	■
□	■
- c)

■	□
■	■
- d)

□	□
■	■
- e)

■	□
□	■

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

O Código Tributário Nacional traz em seu arcabouço dispositivos que preconizam as limitações da competência tributária da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.
- b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- c) Não há vedação legal para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para cobrarem imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- d) É vedado, apenas para Estados e Municípios, instituir tributo sem lei que o estabeleça.
- e) Não há vedação legal para a União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.

27ª QUESTÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 traz diretrizes gerais e princípios lógicos que norteiam a aplicação normativa tributária no país. Nesse sentido, nos termos expressamente contidos nos dispositivos constitucionais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As taxas poderão ter base de cálculo próprias de impostos.
- b) O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- c) As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos futuros.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos e taxas, mas não contribuições de melhorias.
- e) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal, mas não serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e, nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

28ª QUESTÃO

As diretrizes gerais acerca da competência em matéria tributária estão dispostas, via de regra, na Constituição Federal do Brasil de 1988 e no Código Tributário Nacional. Trata-se de previsões que direcionam a aplicação e execução, pela administração tributária, principalmente, de atos e ações de arrecadação. Nesse sentido, marque a alternativa CORRETA.

- a) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, não pode ser revogada a qualquer tempo por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
- b) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária não compreende as garantias e os privilégios processuais, que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
- c) O não-exercício da competência tributária defere à pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- d) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do §3º, do art. 18 da Constituição Federal de 1988.
- e) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

29ª QUESTÃO

No que se refere aos institutos da Obrigação Tributária e do Fato Gerador, ambos expressamente previstos no Código Tributário Nacional (CTN), é CORRETO afirmar que:

- a) a obrigação acessória surge com a ocorrência do Fato Gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) a obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- c) a obrigação principal, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.
- d) o Fato Gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- e) o Fato Gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

30ª QUESTÃO

O crime de falsidade ideológica está capitulado no Código Penal Brasileiro, em seu artigo 299, e descrito da seguinte forma: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”. Nesse sentido, na hipótese do documento ser público e o agente funcionário público, e este praticar o crime de falsidade ideológica, prevalecendo-se do cargo, marque a alternativa que corresponde CORRETAMENTE à pena em abstrato que o servidor estará sujeito.

- a) Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, e aumenta-se a pena pela metade.
- b) Detenção, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, e aumenta-se a pena de terça parte.
- c) Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, e aumenta-se a pena de sexta parte.
- d) Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e aumenta-se a pena de sexta parte.
- e) Detenção, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, e aumenta-se a pena de sexta parte.

31ª QUESTÃO

Considerando a normatização constante na Lei nº 8.429/92, o legislador definiu como “ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º”, dessa mesma Lei. Nesse sentido, notadamente, assinale a alternativa que caracteriza um ato de improbidade que causa prejuízo ao erário público.

- a) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- b) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- c) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- d) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- e) Agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

32ª QUESTÃO

Segundo previsões contidas na Lei nº 9.784/99, quanto às regras de impedimento para atuação de servidor público em processo administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A omissão do servidor do dever de comunicar o impedimento constitui falta leve, para efeitos disciplinares.
- b) O servidor estará impedido se tiver apenas interesse direto na matéria.
- c) O servidor estará impedido na hipótese de estar litigando judicial, ou administrativamente, com um primo do interessado.
- d) O servidor que incorrer em impedimento, facultativamente, pode comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.
- e) O servidor estará impedido caso tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.

33ª QUESTÃO

A prescrição é uma modalidade extintiva do crédito tributário prevista no Código Tributário Nacional. Acerca desse instituto, está CORRETO afirmar que a ação para cobrança do tributário:

- a) prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- b) prescreve em 2 (dois) anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- c) prescreve em 5 (cinco) meses, contados da data da sua constituição definitiva.
- d) prescreve em 2 (dois) meses, contados da data da sua constituição definitiva.
- e) é imprescritível.

34ª QUESTÃO

A moratória é uma modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, previsto no Código Tributário Nacional, possuindo regramento próprio para sua concessão e alcance. Acerca de referido instituto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos provisoriamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- b) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- c) A moratória aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- d) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido e não será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele, e sem imposição de penalidade, nos demais casos.
- e) A moratória somente pode ser concedida em caráter individual.

35ª QUESTÃO

A suspensão, a extinção e a exclusão são modalidades que modificam a exigibilidade eliminam ou impedem a constituição do crédito tributário. Dentre as alternativas abaixo, qual delas representa uma hipótese de extinção do crédito tributário?

- a) Moratória.
- b) Remissão.
- c) Anistia.
- d) Parcelamento.
- e) Isenção.

36ª QUESTÃO

A lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), regula a proteção de dados no Brasil. Esta normatização é considerada um marco no tratamento de dados sensíveis, estes também trabalhados pelo poder público. Sobre as previsões constantes na LGPD, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados não poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.
- b) Os dados pessoais não serão armazenados em formato que favoreça o exercício do direito de acesso.
- c) Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular podem ser utilizados em seu prejuízo.
- d) O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.
- e) Quando o tratamento tiver origem no consentimento do titular ou em contrato, o titular poderá solicitar cópia eletrônica integral de seus dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial, nos termos de regulamentação da autoridade nacional, em formato que permita a sua utilização subsequente, mas não em outras operações de tratamento.

37ª QUESTÃO

A Lei de Abuso de Autoridade (Nº 13.869/2019) define os crimes cometidos por agentes públicos que, no exercício de suas funções, ou a pretexto de exercê-las, abusem do poder que lhes foi conferido. Dentre os crimes elencados, temos aquele previsto no artigo 25, qual seja: “Proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação ou fiscalização, por meio manifestamente ilícito”. Caso o servidor público incida em referida conduta, a qual pena em abstrato estará sujeito?

- a) Detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- b) Detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, ou multa.
- c) Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- d) Detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
- e) Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, ou multa.

38ª QUESTÃO

A administração tributária, cuja atuação se materializa através das ações da Fazenda Pública nas esferas Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, tem parte de suas diretrizes previstas na legislação tributária infraconstitucional, com a competência e os poderes das autoridades administrativas expressamente elencadas, sobretudo em matéria de fiscalização. Nesse sentido, conforme previsões contidas no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa CORRETA quanto à atuação da Fazenda Pública em seus atos de fiscalização.

- a) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, mas apenas nas situações que se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.
- b) A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos, exceto permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.
- c) A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, não poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- d) Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é permitida a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
- e) O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

39ª QUESTÃO

A Lei Complementar nº 116/2003 trata do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Acerca de referido imposto, marque a alternativa CORRETA.

- a) A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.
- b) O imposto não incide sobre o serviço proveniente do exterior do País, nem sobre serviço cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- c) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a não prestação de serviços específicos previstos na Lei Complementar nº 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- d) O imposto de que trata a Lei Complementar nº 116/2003 incide sobre os serviços prestados pela utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente, mediante autorização, mas não aqueles utilizados mediante permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- e) Ressalvadas as exceções expressas na própria Lei Complementar nº 116/2003, os serviços nela mencionados ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

40ª QUESTÃO

Nos termos do artigo 96 do Código Tributário Nacional (CTN), a expressão “legislação tributária” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Considerando as disposições contidas no CTN acerca da legislação tributária, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O conteúdo e o alcance dos decretos não se restringem aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas no Código Tributário Nacional.
- b) Somente a lei pode estabelecer a instituição de tributos, mas não a sua extinção.
- c) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- d) Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo menos oneroso.
- e) Somente a lei pode estabelecer as hipóteses de exclusão e suspensão, mas não a extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.